PERÍCIA E AUDITORIA AMBIENTAL
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Perícia, Auditoria e Análise Ambiental procura evidenciar as principais estratégias capaz de enfrentar os desafios presentes e futuros, tanto na gestão ambiental como na apresentação de soluções capazes de minimizar os impactos ambientais negativos que normalmente acompanham o desenvolvimento socioeconômico de um país ou de uma região. Sendo que a sua principal função é garantir a preservação da qualidade da água, do ar, das plantas, dos animais e do solo. Para isso, realiza as perícias e auditorias em diversas áreas, bem como, avalia o impacto de grandes obras sobre o meio ambiente, para prevenir a poluição de mananciais, rios, áreas de preservação ambiental, represas etc. Assim, o curso o de Perícia e Auditoria Ambiental capacita os profissionais compromissados com o equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a manutenção da qualidade do meio ambiente, reduzindo os riscos a que são expostas as populações pelo comprometimento da sua saúde e qualidade de vida.

OBJETIVO

Formar especialistas capazes de transmitir informações atualizadas sobre a perícia e auditoria ambiental, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, comprometido com sua inserção no processo de desenvolvimento político-cultural e socioeconômico do país.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
469	Auditoria, Licenciamento e Certificação Ambiental	60

APRESENTAÇÃO

Auditoria Ambiental; Tipos e Funções da Auditoria Ambiental; As Vantagens, Benefícios e Desvantagens da Auditoria Ambiental; Etapas e Procedimentos; Outro Tipo de Auditoria: a Compulsória; Normas e Diretrizes Para Auditoria

Ambiental; Licenciamento Ambiental: Nível Federal; Competências para o Licenciamento; As Etapas do Licenciamento e seus Prazos de Validade; Nível Estadual; Nível Municipal; Atividades Passíveis de Licenciamento Ambiental; Certificação; Os Selos Ecológicos e os Tipos de Certificação; Programas de Rotulagem; Classificação; Orgânicos ou Produtos Verdes; Certificação Florestal; Exemplo de Certificação; Implementação e Otimização de Projeto Para Certificação do MDL em Estação de Tratamento de Águas Residuárias.

OBJETIVO GERAL

• Auxiliar no processo de melhoria dos programas de controle ambiental, sendo importante o suporte e o comprometimento gerencial.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Estabelecer relações sobre a proposta de incentivo para sustentabilidade dos projetos MDL e a qualidade do efluente tratado; • Estudar os tipos e funções da auditoria ambiental; • Adquirir conhecimentos sobre os selos ecológicos e os tipos de certificação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AUDITORIA AMBIENTAL: DEFINIÇÕES, CONCEITOS, OBJETIVOS, TIPOS, FUNÇÕES E NORMAS TIPOS E FUNÇÕES DA AUDITORIA AMBIENTAL AS VANTAGENS, BENEFÍCIOS E DESVANTAGENS DA AUDITORIA AMBIENTAL OUTRO TIPO DE AUDITORIA: A COMPULSÓRIA NORMAS E DIRETRIZES PARA AUDITORIA AMBIENTAL LICENCIAMENTO AMBIENTAL: DEFINIÇÕES, CONCEITOS, NÍVEIS E NORMAS NÍVEL FEDERAL COMPETÊNCIAS PARA O LICENCIAMENTO AS ETAPAS DO LICENCIAMENTO E SEUS PRAZOS DE VALIDADE NÍVEL ESTADUAL NÍVEL MUNICIPAL ATIVIDADES PASSÍVEIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL CERTIFICAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E TIPOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES OS SELOS ECOLÓGICOS E OS TIPOS DE CERTIFICAÇÃO PROGRAMAS DE ROTULAGEM CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICOS OU PRODUTOS VERDES CERTIFICAÇÃO FLORESTAL EXEMPLO DE CERTIFICAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROJETO PARA CERTIFICAÇÃO DO MDL EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

CAVALCANTI, Clóvis (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3 ed. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. FIRJAN – SEBRAE. Manual de licenciamento ambiental: guia de procedimento passo a passo. Rio de janeiro: GMA, 2004. SEMAD. Regularização ambiental integrada: orientação ao empreendedor. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2008. LOMBARDI, Antônio. Créditos de carbono e sustentabilidade. São Paulo: Lazuli, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Atlas, 1998. BARATA, Martha Macedo de Lima. Auditoria ambiental no Brasil: Uma nova ferramenta de gestão empresarial. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. Dissertação de Mestrado. BRITES, Alice Dantas. Certificação ambiental: certificação garante origem dos produtos. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação 2007. MATALLO J. HEITOR. PADUA, E. M. M. Ciência sociais, Complexidade e Meio Ambiente. 1.ed. Papirus, 2008. SALES, R. Auditoria Ambiental e seus Aspectos Jurídicos. São Paulo: Ltr, 2001. SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Editora: oficina de Textos, 2004. SANTOS, RAFAEL J. Antropologia para quem não vai ser antropólogo. Ed. Toma Editorial, 2005.

PERIÓDICOS

LEAL FILHO, Walter. O Brasil está atrasado em informática ambiental. Revista de Ecologia do Século 21. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=430. Acesso em 10 dez. 2008.

74	**Ética Profissional**	**30**

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

602	Fundamentos da Análise Ambiental	60

APRESENTAÇÃO

Fundamentos Básicos da Análise Ambiental; Objetivos e Finalidades; Análise Ambiental: Necessidade e Importância; Objetivos e Finalidades Básicas; O Comprometimento e a Política Ambiental; Avaliação de Políticas Ambientais: Desafios e Perspectivas; Histórico da Avaliação de Políticas; Tipos e Classificações da Avaliação; O Uso dos Resultados da Avaliação; Avaliação de Políticas Ambientais; Agenda 21 Brasileira; Implementação da Agenda 21; Agenda 21 Brasileira em Ação; Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Contexto Brasileiro; Agenda 21 e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável; Indicadores Propostos Pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS Propostos Pelo IBGE; IDS do Brasil e a Agenda 21 Brasileira.

OBJETIVO GERAL

• Analisar a busca de procedimentos gerenciais de análise ambientalmente corretos, incluindo-se aí a adoção de um Sistema Ambiental (SGA), na verdade, encontra inúmeras razões que justificam a sua adoção.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar e avaliar a gestão ambiental, claramente definidos segundo a própria norma NBR-ISO 14.001; • Colaborar com setores econômicos, a comunidade e com os órgãos ambientais para que sejam desenvolvidos e adotados processos produtivos que evitem ou minimizem agressões ao meio ambiente; • Salientar que a empresa é a única responsável pela adoção de um SGA e por conseguinte de uma política ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

FUNDAMENTOS BÁSICOS DA ANÁLISE AMBIENTAL OBJETIVOS E FINALIDADES ANÁLISE AMBIENTAL: NECESSIDADE E IMPORTÂNCIA OBJETIVOS E FINALIDADES BÁSICAS O COMPROMETIMENTO E A POLÍTICA AMBIENTAL AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS CONCEITO DE AVALIAÇÃO TIPOS E CLASSIFICAÇÕES DA AVALIAÇÃO O USO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS AGENDA 21 BRASILEIRA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA AGENDA 21 BRASILEIRA EM AÇÃO AGENDA 21 NACIONAL E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTEXTO BRASILEIRO AGENDA 21 E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INDICADORES PROPOSTOS PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – IDS PROPOSTOS PELO IBGE IDS DO BRASIL E A AGENDA 21 BRASILEIRA

REFERÊNCIA BÁSICA

ARLINDO PHILIPPI JR., A.; ROMERO, M.A.; BRUNA, G.C. Curso de Gestão Ambiental. 1 ed., Barueri: Manole, 2004. ASSUMPÇÃO, L.F.J. Sistema de Gestão Ambiental. 2 ed., Curitiba: Juruá, 2007. CARVALHO, A.B.; ANDRADE, R.O.B.; TACHIZAWA, T. Gestão Ambiental. 2 ed., Rio de Janeiro: Makron Books, 2000. COPOLA, Gina. Elementos de Direito Penal. 1 ed., São Paulo: Temas e Ideias, 2003. JUNGSTEDT, Luiz Oliveira Castro. Direito Ambiental: Legislação. 2 ed., Rio de Janeiro: Thex, 2002. MARCHESAN, A. M. M; STEIGLEDER, A. M; CAPPELLI, S. Direito Ambiental. 4 ed., São Paulo: Verbo Jurídico, 2007

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BOLLINGER, F. P.; SCANDAR NETO, W. J. Estatísticas ambientais e indicadores de desenvolvimento sustentável para o Brasil. In: ROMEIRO, A. (Org.). Avaliação e mensuração de impactos ambientais. Campinas: Unicamp, 2004. BRÜSEKE, F. J. Desestruturação e desenvolvimento. In: VIOLA, E.; FERREIRA, L. C. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Unicamp, 1996. COUTINHO, S. M. V. Análise de um processo de criação de indicadores de desenvolvimento sustentável no município de Ribeirão Pires – SP. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. LITTLE, P. E.

Políticas ambientais no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2003. LOPRES, I. V.; BATOS-FILHO, G. S.; BALE, M. 1998. Gestão Ambiental no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. SILVA, José Afonso da Silva. Direito ambiental constitucional. 2 ed., São Paulo: Malheiros, 1992. SIRVINSKAS, Luís Paulo. Tutela Penal do Meio Ambiente. São Paulo: Saraiva, 1998.

PERIÓDICOS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros: meio ambiente 2002. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: . Acesso em: 16 fev. 2014.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

605	Consultoria, Normalização e Certificação Ambiental	60

APRESENTAÇÃO

Consultoria Ambiental: Processos, Princípios e Conceitos; Consultoria Como Processo Interativo; Consultoria: Conceitos e Fundamentos; A Consultoria Ambiental; NBR ISO 10019; Normalização: Conceitos Básicos e Documentos Normativos; Objetivos; Órgãos de Normalização; Certificação e Licenciamento Ambiental: Conceitos, Princípios e Definições; Tipos de Certificação e Selos Ecológicos; Desenvolvimento da ISO Família 14000; ISO/ Comitê Técnico (TC) 207; Escopo; Partes Interessadas; P.D.C.A. e Melhoria Contínua; Requisitos da Norma NBR ISO 14001/96; Demais Certificações (Selos); Rotulagem; Classificação da Rotulagem; Produtos Verdes – Orgânicos; Certificação Florestal; Créditos de Carbono: Conceitos, Fundamentos e Finalidades; Crédito de Carbono: Projetos Brasileiros; Modelo Hackefors para Obtenção de Certificado Ambiental ISO-14.001 em Pequenas e Médias Empresas: Uma Discussão sobre sua aplicação em Empresas Brasileiras; Distrito Industrial e Rede de Empresas; Meio Ambiente e Sistema de Gestão Ambiental; O Modelo Hackefors; Distrito Industrial Fazenda Botafogo; Análise Comparativa: Modelo "Hackefors" Versus Distrito Industrial Fazenda Botafogo.

OBJETIVO GERAL

• Estimular a adoção de sistemas de gestão ambiental pelas empresas e o papel conscientizador assumido por diferentes associações de classe e setoriais, bem como a divulgação de boas práticas e de números relativos à taxa de retorno financeiro do investimento realizado em programas na área ambiental e social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Investir em meio ambiente e responsabilidade social, pois, além do retorno do investimento há outros ganhos relacionados à imagem, valorização da marca e conquista de mercado; • Despertar o interesse pela implantação de sistemas de gestão ambiental conjuntos por pequenas e médias empresas no Brasil; • Analisar e avaliar o sistema de gestão ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Consultoria Ambiental: Processos, Princípios E Conceitos Consultoria Como Processo Interativo Consultoria: Conceitos E Fundamentos A Consultoria Ambiental NBR ISO 10019 Normalização: Conceitos Básicos E Documentos Normativos Objetivos Órgãos De Normalização Certificação E Licenciamento Ambiental: Conceitos, Princípios E Definições Conceitos E Definições Tipos De Certificação E Selos Ecológicos Desenvolvimento Da ISO Família 14000 ISO/ Comitê Técnico (TC) 207 Escopo Partes Interessadas P.D.C.A. E Melhoria Contínua Requisitos Da Norma NBR ISO 14001/96 Demais Certificações (Selos) Rotulagem Classificação Da Rotulagem Produtos Verdes – Orgânicos Certificação Florestal Créditos De Carbono: Conceitos, Fundamentos E Finalidades Crédito De Carbono: Projetos Brasileiros Modelo Hackefors Para Obtenção De Certificado Ambiental Iso-14.001 Em Pequenas E Médias Empresas: Uma Discussão Sobre Sua Aplicação Em Empresas Brasileiras Distrito Industrial E Rede De Empresas Meio Ambiente E Sistema De Gestão Ambiental O Modelo Hackefors Distrito Industrial Fazenda Botafogo Análise

Comparativa: Modelo "Hackefors" Versus Distrito Industrial Fazenda Botafogo

REFERÊNCIA BÁSICA

ARLINDO PHILIPPI JR., A.; ROMERO, M.A.; BRUNA, G.C. Curso de Gestão Ambiental. 1 ed., Barueri: Manole, 2004. LOMBARDI, Antônio. Créditos de carbono e sustentabilidade. São Paulo: Lazuli, 2008. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Manual de Consultoria Empresarial: conceitos, metodologia e práticas. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Sistemas de gestão ambiental: SGA ISO 14001. São Paulo: Atlas/FAPESP, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, J.de L; OLIVEIRA, Célia Vicente. Economia e Meio Ambiente. In: _____ (Org.) Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. BRITES, Alice Dantas. Certificação ambiental: certificação garante origem dos produtos. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação 2007. HARRINGTON, H. J. A implementação da ISO 14000: como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficácia. São Paulo: Atlas, 2001. ORLICKAS, E. (2001). Consultoria Interna de Recursos Humanos. 4 ed. São Paulo: Futura. PARREIRAS, Francisco Eduardo. Consultoria: consultores e clientes. 10 ed. São Paulo: Ed. Erica: 1997. SOUZA, R. S. Entendendo a questão ambiental – temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

PERIÓDICOS

VIANA, Eder Cristiano et al. Análise técnico-jurídica do licenciamento ambiental e sua interface com a certificação ambiental. R. Árvore, Viçosa-MG, v.27, n.4, p.587-595, 2003.

603	Contabilidade Ambiental: Conceitos e Aplicações	60

APRESENTAÇÃO

Contabilidade Ambiental; Conceitos; Ativo Ambiental; Passivo Ambiental; Custos Ambientais; Receita Ambiental; A Contabilidade como Sistema de Informação para o Gestor Ambiental. A Contabilidade e a Gestão Ambiental; Contabilidade, Surgimento e Conceitos; Framework Teórico Sobre Contabilidade e Custos Ambientais; Contabilidade Ambiental; Custos Ambientais; Estudos Sobre Contabilidade e Custos; Contabilidade e Gerência do Meio Ambiente; Contabilidade Básica: Conceitos e Aplicações; A Importância das Informações Contábeis no Processo Decisório; Normas Brasileiras de Contabilidade; Princípios Contábeis; Princípios Fundamentais da Contabilidade e Estruturação Contábil; Mecanismo de Contas; Lançamentos Contábeis; Métodos de Escrituração; Livros Societários e Fiscais; Introdução ao Estudo do Patrimônio; Fatos Contábeis; Aspectos Legais da Escrituração Contábil; A Ideia da Escrituração Contábil como Exigência Fiscal; Perícias Contábeis; Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Problemas e Resultados da Contabilidade Ambiental Nacional; Contabilidade Ambiental Gerencial; Contabilidade Ambiental Financeira; Atividades Operacionais; Descrição dos Eventos Econômicos; Contabilidade e Gastos Ambientais; Ativos Ambientais; Passivos Ambientais; Despesas Ambientais; Custos Ambientais; Evidenciação; Relatórios Ambientais; Demonstrações Ambientais; Indicadores de Desempenho Ambiental.

OBJETIVO GERAL

• Concluir que as redes são uma alternativa para promover a implantação de ações ambientais em empresas de pequeno e médio porte.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Possibilitar a complementaridade de ações e ainda proporcionar um significativo aprendizado em termos de trabalho de parceria; • Desenvolver a capacidade para opinar sobre o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício (DRE); • Analisar os problemas e resultados da contabilidade ambiental nacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONSULTORIA AMBIENTAL: PROCESSOS, PRINCÍPIOS E CONCEITOS CONSULTORIA COMO PROCESSO INTERATIVO CONSULTORIA: CONCEITOS E FUNDAMENTOS A CONSULTORIA AMBIENTAL NBR ISO 10019 NORMALIZAÇÃO: CONCEITOS BÁSICOS E DOCUMENTOS NORMATIVOS OBJETIVOS ÓRGÃOS DE NORMALIZAÇÃO CERTIFICAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES CONCEITOS E DEFINIÇÕES TIPOS DE CERTIFICAÇÃO E SELOS ECOLÓGICOS DESENVOLVIMENTO DA ISO FAMÍLIA 14000 ISO/ COMITÊ TÉCNICO (TC) 207 ESCOPO PARTES INTERESSADAS P.D.C.A. E MELHORIA CONTÍNUA REQUISITOS DA NORMA NBR ISO 14001/96 DEMAIS CERTIFICAÇÕES (SELOS) ROTULAGEM CLASSIFICAÇÃO DA ROTULAGEM PRODUTOS VERDES – ORGÂNICOS CERTIFICAÇÃO FLORESTAL CRÉDITOS DE CARBONO: CONCEITOS, FUNDAMENTOS E FINALIDADES CRÉDITO DE CARBONO: PROJETOS BRASILEIROS MODELO HACKEFORS PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADO AMBIENTAL ISO-14.001 EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE SUA APLICAÇÃO EM EMPRESAS BRASILEIRAS BASE CONCEITUAL DISTRITO INDUSTRIAL E REDE DE EMPRESAS MEIO AMBIENTE E SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL O MODELO HACKEFORS DISTRITO INDUSTRIAL FAZENDA BOTAFOGO ANÁLISE COMPARATIVA: MODELO "HACKEFORS" VERSUS DISTRITO INDUSTRIAL FAZENDA BOTAFOGO

REFERÊNCIA BÁSICA

CAMPOS, L. M. S. Um estudo para definição e identificação dos custos da qualidade ambiental. 1996. 165 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. E ed. São Paulo: Atlas, 2007. PAIVA, Paulo Roberto de. Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2009. RIBEIRO, M. S. Contabilidade ambiental. São Paulo: Saraiva, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

JOHR, Hans. O verde é negócio.2 ed. São Paulo: Saraiva, 1994. NARDELLI, A. M. B. Palestra: Procedimentos para certificação: o processo de certificação florestal pelo FSC. Proferida no I Seminário de Gestão Integrada e Certificação Florestal, 9 a 1.10.2002, no Auditório da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa. Realização: Departamento de Engenharia Florestal- DEF. _____. Sistemas de Certificação e Visão de Sustentabilidade no Setor Florestal Brasileiro. Viçosa: UFV, 2004. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) ORLICKAS, E. (2001). Consultoria Interna de Recursos Humanos. 4 ed. São Paulo: Futura. PARREIRAS, Francisco Eduardo. Consultoria: consultores e clientes. 10 ed. São Paulo: Ed. Erica: 1997. PEREIRA, Lucas Costa. Processo de geração e difusão de inovações ambientais em uma consultoria ambiental: A influência do cliente. Brasília: UnB, 2012. PINHO, Ruth Carvalho de Santana. Fundamentos de Auditoria: auditoria contábil e outras aplicações de auditoria. São Paulo: Atlas, 2007.

PERIÓDICOS

BEUREN, I. M.; SCHLINDWEIN, A. C.; PASQUAL, D. L. Abordagem da controladoria em trabalhos publicados no EnANPAD e no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade de 2001 a 2006. Revista Contabilidade & Finanças da Universidade de São Paulo, v. 18, n. 45, p. 22-37, 2007.

76	**Metodologia do Ensino Superior**	**60**

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

468	A Qualidade Ambiental e Seus Indicadores	30

APRESENTAÇÃO

Introdução ao Conceito de Qualidade Ambiental; A Qualidade Ambiental e seus Indicadores; Os Indicadores Ambientais e sua Classificação; Tipos de Indicadores Ambientais; Indicadores para Qualidade do Solo (IQS); Indicadores Físicos; Indicadores Químicos; Bioindicadores Edáficos; Qualidade Do Solo Avaliada Pelo

OBJETIVO GERAL

• Fornecer subsídios à formulação de políticas nacionais e acordos internacionais, bem como à tomada de decisão por atores públicos e privados.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Descrever a interação entre a atividade antrópica e o meio ambiente e conferir ao conceito de sustentabilidade maior concretude e funcionalidade; • Compor um método para a avaliação de desempenho da política pública de meio ambiente; • Promover a rápida degradação da qualidade de vida da população, bem como comprometer o desenvolvimento socioeconômico da cidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução Ao Conceito De Qualidade Ambiental A Qualidade Ambiental E Seus Indicadores Os Indicadores Ambientais E Sua Classificação Tipos De Indicadores Ambientais Indicadores Para Qualidade Do Solo (Iqs) Indicadores Físicos Indicadores Químicos Bioindicadores Edáficos Qualidade Do Solo Avaliada Pelo

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRADE, L.B. O uso da fauna edáfica como bio-indicadora de modificações ambientais em áreas degradadas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de florestas, 2000. GUIMARÃES, Cláudia Pereira. Aplicação de indicadores da qualidade ambiental em um aterro sanitário no norte de Mato Grosso. Cuiabá: Instituto de Física, 2009. MONTEIRO, A. E. Índice de Qualidade de Aterros Industriais - IQRI. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). RUFINO, Rui César. Avaliação da qualidade ambiental do município de Tubarão (SC) através do uso de indicadores ambientais. Florianópolis: UFSC, 2002. Dissertação de Mestrado.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CUNHA, F.L.S. O uso de indicadores de sustentabilidade ambiental no monitoramento do desenvolvimento agrícola. Dissertação de mestrado. Brasília: UNB, 2003. ROCHA, Jadson Luiz Simões. Indicador Integrado de Qualidade Ambiental, Aplicado à Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá – BA. Ilhéus-BA: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/PRODEMA), 2008. SANTOS, André Luiz Balbino dos. Sedimento e comunidades de peixes como indicadores da qualidade ambiental em praias insulares e continentais na baia de Sepetiba, RJ. Seropédica-RJ: UFRRJ, 2007. VEZZANI, F.M. Qualidade do sistema solo na produção agrícola. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. 184 p. (Tese de Doutorado).

PERIÓDICOS

AMADO, T. J. C. ; CONCEIÇÃO, P. C; BAYER, C; Eltz, F. L. F. Qualidade do solo avaliada pelo

127	Direito e Legislação Ambiental	30

APRESENTAÇÃO

Política e Legislação Ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente. Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual. Diretrizes internacionais de meio ambiente. Meios administrativos vos e judiciais de proteção ambiental. Legislação específica: unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental. Resoluções do CONAMA. Impacto, dano, culpa, responsabilidade e indenização. Áreas de preservação.

OBJETIVO GERAL

• Análise da legislação ambiental que regulamentam a relação do homem com o território e o meio ambiente que o integra e a política nacional do meio ambiente.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Reconhecer as principais diretrizes internacionais de meio ambiente; • Posicionar-se sobre a Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual; • Argumentar a Legislação específica sobre as unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SISNAMA COMPETÊNCIA DO CONAMA CONDIÇÕES ATENUANTES E AGRAVANTES INSTRUMENTOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DIREITO DE PETIÇÃO DIREITO DE CERTIDÃO LICENÇAS AMBIENTAIS LICENÇA PRÉVIA - LP EIA/RIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA INSTITUIÇÕES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ATIVIDADES MODIFICADORAS DO MEIO AMBIENTE VANTAGENS DA AIA INCERTEZAS DA AIA CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DESCRIÇÃO DO PROJETO E SUAS ALTERNATIVAS DETERMINAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO IDENTIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ESTUDO E DEFINIÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS MÉTODOS APLICÁVEIS CLASSIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE AIA MÉTODOS "AD HOC" OU ESPONTÂNEOS CHECK LIST OU LISTAGEM DE CONTROLE MATRIZES SOBREPOSIÇÃO DE MAPAS DIAGRAMAS / REDES DE INTERAÇÃO MODELOS DE PREDIÇÃO GERENCIAMENTO AMBIENTAL (ISO 14.000) ISO 14.000 - GESTÃO AMBIENTAL SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - SGA AUDITORIA AMBIENTAL AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL ROTULAGEM AMBIENTAL ANÁLISE DO CICLO DE VIDA ASPECTOS AMBIENTAIS DE NORMAS DE PRODUTOS ECOPRODUTOS E O CONSUMIDOR ‘VERDE’ AS 17 LEIS AMBIENTAIS DO BRASIL

REFERÊNCIA BÁSICA

AMORIM, Carpena. A reparação de dano decorrente do crime. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2000. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 11.ed. Ver. Atual, São Paulo: Malheiros Editores, 2003. NARDY, A. SAMPAIO, J. A. L, WOLD, C. Princípios de direito ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, Marcelo Abelha, (2002). Instituições de Direito Ambiental. Vol. I. São Paulo: Max Limonad. ROMERÓ, M. A.; BRUNA, G. C. (Eds.). Curso de Gestão Ambiental. Barueri: Manole, 2004. SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional. 4 ED. São Paulo: Malheiros,2003 _____, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 23. ed. São Paulo: Malheiros,2004. WAINER, Ann Helen. (1999). Legislação ambiental brasileira: subsídios para história do Direito Ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense.

PERIÓDICOS

GRECO, Leonardo. (2006). A Busca da Verdade e a Paridade de Armas na Jurisdição Administrativa - Revista CEJ, Brasília, n. 35, p. 20-27, out./dez.

77	**Metodologia do Trabalho Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

604	Perícia e Auditoria Ambiental	90

APRESENTAÇÃO

Introdução ao Estudo da Perícia Ambiental; Perícia e Peritos: Noções Básicas; O Profissional da Perícia; Métodos e Técnicas Aplicadas nas Perícias; Etapas da Perícia Ambiental; A Perícia Ambiental e a Tutela Jurídica do Meio Ambiente; Auditoria Ambiental: Evolução, Conceitos e Objetivos; Organismos Reguladores e Normas de Auditoria; Classes de Auditoria; Auditoria Ambiental; Funções e Tipos de Auditoria Ambiental; Vantagens e Desvantagens; Procedimentos e Etapas; Auditoria Compulsória; Diretrizes para Auditoria Ambiental; Auditoria Ambiental: Um Enfoque Sobre a Auditoria Ambiental Compulsória e a Aplicação dos Princípios Ambientais; Discussões Sobre a Constitucionalidade da Lei Estadual Nº 13.448/2002; Princípios Aplicados À Auditoria Ambiental Compulsória; Princípio da Prevenção; Princípio da Cooperação; Princípio da Informação Ambiental; Princípio do Desenvolvimento Sustentável.

OBJETIVO GERAL

• Constatar a importância da aplicação das auditorias ambientais como eficiente instrumento de proteção do meio ambiente, vez que tem a função de constatar possíveis violações das normas ambientais que acarretam danos ambientais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Estabelecer uma hierarquia sobre as vantagens e desvantagens auditoria compulsória; • Estudar a perícia ambiental e a tutela jurídica do meio ambiente; • Desenvolver capacidade para a análise do Princípio do Desenvolvimento Sustentável.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PERÍCIA AMBIENTAL PERÍCIA E PERITOS: NOÇÕES BÁSICAS O PROFISSIONAL DA PERÍCIA MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADAS NAS PERÍCIAS ETAPAS DA PERÍCIA AMBIENTAL A PERÍCIA AMBIENTAL E A TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE AUDITORIA AMBIENTAL: EVOLUÇÃO, CONCEITOS E OBJETIVOS EVOLUÇÃO CONCEITOS E OBJETIVOS ORGANISMOS REGULADORES E NORMAS DE AUDITORIA CLASSES DE AUDITORIA AUDITORIA AMBIENTAL FUNÇÕES E TIPOS DE AUDITORIA AMBIENTAL TIPOS DE AUDITORIAS AMBIENTAIS VANTAGENS E DESVANTAGENS PROCEDIMENTOS E ETAPAS AUDITORIA COMPULSÓRIA DIRETRIZES PARA AUDITORIA AMBIENTAL AUDITORIA AMBIENTAL: UM ENFOQUE SOBRE A AUDITORIA AMBIENTAL COMPULSÓRIA E A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS AMBIENTAIS AUDITORIA AMBIENTAL CONCEITO DE AUDITORIA AMBIENTAL HISTÓRICO DA AUDITORIA AMBIENTAL TIPOS DE AUDITORIA AMBIENTAL AUDITORIA AMBIENTAL COMPULSÓRIA AUDITORIA AMBIENTAL COMPULSÓRIA NO ESTADO DO PARANÁ DISCUSSÕES SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 13.448/2002 PRINCÍPIOS APLICADOS À AUDITORIA AMBIENTAL COMPULSÓRIA PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REFERÊNCIA BÁSICA

CAMPOS, Lucília Maria de Souza. Auditoria ambiental: uma ferramenta de gestão. São Paulo: Atlas, 2009. CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira. Avaliação e Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. PAIVA, Paulo Roberto de. Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo: Atlas, 2003. SÁ, Antônio Lopes de. Perícia contábil. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008. _____, Antônio Lopes de. Teoria da contabilidade. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006. _____, Antônio Lopes de. Curso de Auditoria. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1998. SAROLDI, Maria José Lopes de Araújo. Perícia Ambiental e suas Áreas de Atuação. Curitiba: Lumen Juris, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia Contábil. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002. ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Atlas, 1998. DALL'AGNOL, João A. Auditoria ambiental: instrumento do princípio da

prevenção no sistema de gestão e direito ambiental. Caxias do Sul: UCS, 2008. IBRACON – Instituto Brasileiro de Contabilidade. NPA 11 – Normas e Procedimentos de Auditoria – Balanço e Ecologia, 2000. IUDÍCIBUS, Sergio de. Teoria da contabilidade. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006. KASKANTZIS, Georges. Perícia Judicial Ambiental, Rio Grande: Manual de Perícias, 2009. KINLAW, Dennis C. Empresa competitiva e ecológica: Desempenho sustentado na era ambiental. Tradução de Lenke Peres Alves de Araújo. São Paulo: Makron Books, 1997.

PERIÓDICOS

NUNES, Eunice. Ação ambiental tem efeito educativo para empresas. Folha de São Paulo, 21 out. 1995.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O especialista em Perícia e Auditoria Ambiental poderá atuar no planejamento, coordenação e implantação de sistemas de crescimento sustentável na área socioambiental, bem como a realizar auditoria e perícias no setor públicos e privado, atendendo as demandas concretas e urgentes da sociedade contemporânea.